

RECURSO ESPECIAL Nº 1.848.116 - SP (2019/0337611-6)

RELATOR : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**
RECORRENTE : RUYMAR DE MAGALHAES SALIONI
RECORRENTE : CLOVIS SALIONI
RECORRENTE : CLOVIS SALIONI JUNIOR
RECORRENTE : PATRICIA VISNEVSKI SALIONI
ADVOGADOS : CESAR RODRIGO NUNES E OUTRO(S) - SP260942
ROBERTO GOMES NOTARI E OUTRO(S) - SP273385
RECORRIDO : BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL SA
ADVOGADO : FERNANDA BOHN - RS057379

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE
PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 282/STF.

1. Na presente hipótese, os insurgentes alegam que o art. 5º do CPC/2015 foi violado. No entanto, verifica-se que o referido dispositivo legal não foi analisado e aplicado pela Corte *a quo*, o que atrai, por analogia, o óbice da Súmula 282/STF: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada".

2. Recurso Especial não conhecido.

DECISÃO

1.Trata-se de recurso especial interposto por CLÓVIS SALIONI E OUTROS com fundamento no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Rio de São Paulo assim ementado:

AGRAVO DE INSTRUMENTO Execução de título extrajudicial
Decisão rejeitou exceção de pré- executividade Tese de necessidade de suspensão da execução em razão da recuperação judicial da devedora principal A recuperação judicial da devedora principal não impede o prosseguimento das ações e execuções ajuizadas em face de terceiros devedores solidários ou coobrigados em geral, por garantia cambial, real ou fidejussória - Inteligência do artigo 49, § 1º, da Lei 11.101/05 Súmula 581 do STJ Recurso negado, prejudicados os embargos de declaração.

Nas razões do recurso especial (fls. 383-391), os recorrentes apontam violação do art. 5º do CPC/2015, sob o argumento de que "...os sujeitos do processo devem guardar a boa fé, sendo que o mencionado diploma legal diz respeito, também, à vedação aos atos contraditórios, ou seja, contempla o Princípio do *Venire Contra Factum*

Proprium".

Salientam que "...a conduta do Recorrido é contraditória, haja vista nos autos do incidente processual de habilitação de crédito ter declarado que seu crédito é quirografário, ou seja, submetido à recuperação judicial, e que receberia nos termos e condições do plano".

Contrarrazões às fls. 408-413.

É o relatório.

DECIDO.

2.O recurso não comporta conhecimento.

Destaca-se que, para que se configure o prequestionamento da matéria, há que se extrair do acórdão recorrido pronunciamento sobre as teses jurídicas em torno dos dispositivos legais tidos como violados, a fim de que se possa, na instância especial, abrir discussão sobre determinada questão de direito, definindo-se, por conseguinte, a correta interpretação da legislação federal.

Na presente hipótese, os insurgentes alegam que o art. 5º do CPC/2015 foi violado. No entanto, verifica-se que o referido dispositivo legal não foi analisado e aplicado, nem mesmo implicitamente, pela Corte *a quo*, o que atrai, por analogia, o óbice da Súmula 282/STF: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada".

A propósito:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE RECONHECIMENTO DE UNIÃO ESTÁVEL POST MORTEM. PROCEDÊNCIA. APELAÇÃO. INTEMPESTIVIDADE. PEDIDO DE DEVOLUÇÃO DO PRAZO NÃO APRECIADO NA INSTÂNCIA ORDINÁRIA. DECISÃO MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO.

1. O recurso interposto quase dois meses após o decurso do prazo legal, sem que tenha sido deferido pela instância ordinária o pedido de devolução do prazo, revela-se intempestivo.

2. O Tribunal de origem não se manifestou sobre a ocorrência de motivo de justa causa (art. 182, c/c o art. 183 do CPC/73), ou eventual configuração da hipótese do art. 507 do CPC/73, não podendo tais matérias ser apreciadas por esta Corte sem o devido prequestionamento. Incidência das Súmulas 282 e 356 do STF.

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1344786/BA, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), QUARTA TURMA, julgado em 12/12/2017, DJe 18/12/2017)

AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. CARTÃO DE CRÉDITO. EVOLUÇÃO DA DÍVIDA. PREQUESTIONAMENTO. REEXAME DE FATOS. SÚMULAS 282 E 356/STF E 7/STJ.

1. Não se admite o recurso especial quando a questão federal nele

Superior Tribunal de Justiça

suscitada não foi enfrentada no acórdão recorrido. Incidem as Súmulas 282 e 356 do Supremo Tribunal Federal (STF).

2. Não cabe, em recurso especial, reexaminar matéria fático-probatória (Súmula 7/STJ).

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1099858/GO, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 28/11/2017, DJe 04/12/2017)

3. Ante o exposto, não conheço do recurso especial.

Havendo nos autos prévia fixação de honorários de advogado pelas instâncias de origem, determino a sua majoração, em desfavor da parte Recorrente, no importe de 10% sobre o valor já arbitrado, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão da gratuidade da justiça.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO

Relator